

COLÔNIAS DÓCEIS: A ARQUEOLOGA MILITARIZADA DE JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES

Lúcio M. Ferreira

Mestre e doutorando em História pela Unicamp. Bolsista da Fapesp.

Este artigo analisa as pesquisas arqueológicas e antropológicas de José Vieira Couto de Magalhães como parte de um processo mais amplo de construção de uma identidade nacional brasileira e de uma política indigenista.

Palavras-chave: Arqueologia, Brasil Imperial, Identidade Nacional, Política Indigenista.

Docile Colonies: the Militarized Archaeology of José Vieira Couto de Magalhães. This paper aims at analyzing the archaeological and anthropological researchs of the José Vieira Couto de Magalhães as a constitutive element of the nation-building process and the Indian policy.

Keywords: Archaeology, Imperial Brazil, National Identity, Indian policy.

“... – Qual é o melhor caminho para se formar uma idéia deste gigante de país?”

- Eu por mim – disse Nando – acho que para se pegar o espírito do Brasil e as raízes de sua vocação no mundo o roteiro seria outro. Pouquíssimos brasileiros o fazem e daí a confusão em que vivemos. Eu considero a ida ao centro do Brasil, onde vivem os índios em estado selvagem, mais importante, muito mais importante do que conhecer o Rio ou São Paulo...”

(Antonio Callado. *Quarup*)

“... parece-me que um dos principais papéis do intelectual na esfera pública de hoje é funcionar como uma espécie de memória coletiva: lembrar o que foi esquecido ou ignorado, fazer conexões, contextualizar e generalizar a partir do que aparece como “verdade” definitiva nos jornais ou na televisão, o fragmento, a história isolada, e ligá-los aos processos mais amplos que podem ter produzido a situação de que estamos falando...”

(Edward W. Said. *Reflexões sobre o Exílio*)

O “Século da História” teve obsessão pelo tempo. Leis da Termodinâmica. Domesticção dos calendários (Le Goff, 1992: 485-530). A taxa da mais-valia extraída do tempo de mais-trabalho, da cronometria da jornada de trabalho na fábrica (Marx, 1996 [1867]). Busca ontológica à raiz dos Estados que nasciam ou renasciam, à origem seminal dos *ethos* nacionais, dos elementos compostos das “raças” que, aliando-se nos pactos sociais e cindindo-se nos conflitos que atravessaram o tempo, arboresceram numa mesma copa, se fortaleceram no tronco de uma mesma Nação. A árvore frondosa dos Estados, plantada pelos nacionalismos, conheceu na cultura histórica e nas regras da erudição científica o meio propício para se colher e reunir, na marcha retilínea do tempo, os frutos simbólicos das nações. A História e a Arqueologia, ganhando foros de cientificidade e recém ingressas nas universidades, comprometeram-se com o projeto mais vasto das elites políticas de se forjar os Estados nacionais, de se inscreverem na trajetória evolutiva do tempo,

de se inseri-los, em suas especificidades, na História Universal das civilizações.

Os Estados, legitimados cientificamente, como se pretendia, pela História e pela Arqueologia, estavam cercados, contudo, por limites tanto móveis quanto estreitos. Fixidez e abertura. Espaço externo e espaço interno. Sabia-se de antemão que, para contar a História de um Estado e de sua Nação, era imperioso submeter-se a uma cartografia, a uma geopolítica, às fronteiras nacionais. Mas sabia-se também que tais fronteiras, e talvez daí advenha um dos temas diletos da historiografia oitocentista, poderiam se expandir pelos recursos da Guerra. Pelo domínio de outros povos e de seus territórios. Pela ação infrene, porém calculista e calculada, do Imperialismo. À obsessão pelo tempo vem crescer-se, portanto, a obsessão pelo espaço. O imperialismo e o nacionalismo reartaram o nó profundo do tempo com o espaço. Rearticularam as lições da milenar história do espaço que vão do universo fechado de Aristóteles ao universo infinito de Galileu (Koyré, 1979). Só é possível conhecer, como queria Immanuel Kant, o que habita no tempo e no espaço. Escrever a História dos Estados, pois, implica em vê-los desde suas raízes perdidas na opacidade da Pré-História até a luminosidade do tempo presente, implica em circunscrevê-los num espaço restrito que, no entanto, pode alargar-se indefinidamente pela Guerra, abrir-se em redes de ligações transoceânicas pela conquista de outros povos e territórios.

A Arqueologia oitocentista, talvez mais do que a História, obsedou-se pelo tempo e pelo espaço¹. Tanto pelo Nacionalismo quanto pelo Imperialismo. Numa espécie de transporte genealógico, coube-lhe retroceder à origem longínqua das Nações, escrever uma História genética dos Estados, contar a História das memórias longas,

¹ As interpretações que se seguem sobre a Arqueologia oitocentista, suas proposições sobre a Pré-História e relações com o nacionalismo e o imperialismo, consideram os trabalhos de Daniel (1981), Díaz-Andreu (2001), Díaz-Andreu & Champion (1996), Malina & Vasicek (1997), McGuirre (1992), Meskell (2001), Patterson (1997), Robertshaw (1990) e Trigger (1990).

abreviando-as em conceitos monísticos – Estado, Raça e Civilização. Sua metodologia, as análises de natureza tipológica e técnica da cultura material, libertou a cronologia das exclusivas amarras da Filologia, fornecendo respostas às interrogações acerca de uma identidade nacional em construção no presente, remontando a ocupação dos territórios dos Estados e de suas Nações na linhagem retrospectiva de uma ancestralidade anciã. Assim, na Dinamarca, Christian Jürgensen Thomsen (1788-1865) estipulou datações relativas com base na seriação de artefatos (Idade da Pedra, do Bronze e do Ferro). A Dinamarca ganha, com a Teoria das Três Idades de Thomsen, uma horizontalidade temporal quase humana – a infância da Idade da Pedra, a adolescência do Bronze e a maturidade do Ferro. Não importa que, vez por outra, artefatos de pedra ou bronze se encontrem em sítios majoritariamente compostos por artefatos de ferro: a idade psicológica da maturidade prevalece, os testemunhos contam a maturação de um Estado civilizado e evoluído, recompõem os espaços e tempos passados e se fundem na robustez do presente da Dinamarca.

A Arqueologia, assim, perscrutou temporalidades horizontais e aprofundou-as no tempo vertical das escavações. Ora, se a Geologia examina a superposição estrutural das camadas do espaço, se a Paleontologia e a nascente Biologia dissecam as configurações primitivas, se elas destrinçam o tempo da Evolução da Natureza, por sua vez a Arqueologia, tomando como vetor privilegiado o estudo da cultura material, escava os tempos paleolíticos para deslindar a Evolução do Homem. Assim, após as escavações de Boucher de Perthes (1788-1868), a Arqueologia criva os estratos dos sítios arqueológicos com enunciados evolucionistas. Torna-se, cada vez mais, uma *Arqueologia do Espaço*. Passa a combinar, num processo que se inicia na Europa e nos Estados Unidos em meados de 1850, e se concretiza definitivamente no final do século XIX, a leitura das estratigrafias verticais com a leitura horizontal dos sítios arqueológicos, observando-se a distribuição dos vestígios antrópicos nos solos de ocupação. A Arqueologia revolve os sítios arqueológicos, por meio

de cruzamentos horizontais e verticais, afim de compreendê-los em suas estratificações geológicas e arqueológicas².

O que lhe possibilitou um certo número de técnicas analíticas. *Primo*, permitiu-lhe fixar uma cronologia relativa, porquanto os vestígios, encravados em depósitos geológicos, grafavam um calendário passível de cálculo. Permitiu-lhe ainda, por meio de comparações filológicas, de sítios arqueológicos e da cultura material, ordenar grupos “raciais e culturais”, traçar paralelos normativos entre “raças”, línguas e territórios, mapear rotas de imigração. Permitiu-lhe, por fim, visualizar empiricamente as unidades sociológicas de um sítio arqueológico, interpretá-las e compará-las para medir-se as diferenças biológicas e culturais entre o passado e o presente, mensurar-se a distância temporal que separava o homem civilizado do homem primitivo.

Os instrumentos de medição da Arqueologia, pois, perfizeram números políticos, dividendos imperiais. A Arqueologia, uma das protagonistas da empresa imperialista, forneceu, em meio às escavações na África, na Ásia, na Nova Zelândia e nos Estados Unidos, as medidas necessárias que mostraram aos civilizados as reduzidas dimensões do homem primitivo, sua inteligência curta, seu diminuto tirocínio. A interpretação da Pré-História refletia o presente, o presente recapitulava o passado – os fósseis das “raças” recuperados nas escavações espelhavam a fossilização do presente do “homem

² Um esclarecimento para o leitor não arqueólogo: as estratificações geológicas são a ordem de deposição vertical de diversos sedimentos num sítio arqueológico. Os terrenos estudados pelos arqueólogos, em se tratando de Arqueologia Pré-Histórica, são depósitos sedimentares ou vulcânicos, geologicamente recentes. A ordem de superposição das camadas geológicas fornece ao arqueólogo uma cronologia relativa, pois se supõe que as camadas mais recentes são as superiores, e as inferiores, por sua vez, mais antigas. A estratigrafia arqueológica, por seu turno, possui uma ordem de deposição horizontal de vestígios de natureza antrópica, espalhados nas diferentes superfícies de um sítio. Cada sítio arqueológico encontra-se separado por camadas limitadas. O arqueólogo, assim, deve atentar para a relação entre as estratigrafias geológicas e os solos arqueológicos, que correspondem a diferentes momentos de ocupação humana.

primitivo”, seu congelamento na História, sua imobilidade e suspensão no tempo. “As falsas medidas do homem” primitivo (Gould, 1981) descambaram num racismo que legitimou as políticas imperiais, a dominação ou o etnocídio das “raças inferiores”.

No Brasil Monárquico, essa Arqueologia do Espaço teve como lídimo representante o General José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), cuja obra, nos projetos políticos que encerra e na idéia de Brasil que erige, permite-nos dialogar com o nosso presente.

ESPAÇOS ABERTOS

José Vieira Couto de Magalhães, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo e General do Exército Imperial, exerceu diversos cargos políticos³. Sem querer, equivocadamente, firmar mútuas e determinantes relações de dependência entre a vida e as intenções do autor (LaCapra, 1985:83), o fato é que seus textos arqueológicos e antropológicos resultaram de experiências e contatos com os indígenas. O General Couto de Magalhães, Barão de Corumbá, presidiu, entre 1863 e 1868, as fronteiriças províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso, o que lhe facultou a oportunidade de conviver com grupos indígenas, escavar sítios arqueológicos, fazer pesquisas antropológicas e linguísticas. Ademais, como intelectual associado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), onde suas obras eram lidas e comentadas⁴, o Barão antropólogo conhecia as pesquisas etnográficas e arqueológicas desenvolvidas no Brasil. Sejam

³ Para outras interpretações da obra de Couto de Magalhães, Cf. Maria Helena T. P. Machado (1997), Lilia M. Schwarcz (1998:376-377) e John M. Monteiro (1996).

⁴ Cf. 4ª Sessão em 25 de julho de 1873. RIHGB, (36): 563, 1873; 5ª Sessão em 7 de junho de 1876. RIHGB, (39): 377-86, 1876; 8ª Sessão em 18 de agosto de 1876. RIHGB, (39): 400, 1876. Couto de Magalhães ocupou, em alguns anos, cargos na Seção de Arqueologia e Etnografia do IHGB. Cf. Sessão da Assembléia Geral em 20 de setembro de 1873. RIHGB, (36): 608, 1873; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1874. RIHGB, (37): 450, 1874; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1875. RIHGB, (38): 385, 1875; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1876. RIHGB, (39): 462, 1876.

aquelas realizadas pelo IHGB, sejam aquelas produzidas, a partir de 1876, pelo Museu Nacional⁵.

Couto de Magalhães dialoga, pois, com uma gama de pesquisas iniciadas, em 1838, com a fundação do IHGB. Falando-se muito esquematicamente, reservou-se à Arqueologia, no IHGB e no Museu Nacional, uma tríplice função. Destinou-se-lhe, em primeiro lugar, o papel de se observar os vestígios arqueológicos como depositários de signos de civilização ou primitividade, observá-los, portanto, em seu potencial para compor-se uma genealogia da Nação, uma identidade nacional coroada, se possível, por culturas indígenas elaboradas. Em segundo lugar, coube-lhe observar os vestígios arqueológicos como instrumentos passíveis de desenhar, com a materialidade tangível de seus testemunhos, as fronteiras nacionais; observá-los como marcos científicos, Cetros e Coroas arcaicas a pontuar, na dispersão do espaço, os limites do “continente brasileiro”. Em terceiro lugar, coube à Arqueologia, em compasso com a Antropologia, a observação não só do índio morto, mas também do índio vivo. Escrutá-lo em seus graus de civilização ou primitividade para estipular uma política indigenista, para selecioná-lo, arregimentá-lo como mão-de-obra sucedânea aos braços escravos. Quanto mais civilizado, melhor operário seria um indígena.

Ora, como os discursos se fazem em contextos históricos e epistemológicos precisos e se tecem em rede (Pêcheux, 1990:148), ligando-se, ato contínuo, a modos de codificação diversos (Deleuze & Guattari, 1980:13), a Arqueologia, articulando-se não só à Antropologia, mas também à História Natural e à Geografia, propulsou as molas de uma Economia Política. Integrou um conjunto de olhares que percorreram o território nacional, registrando, a par e passo, seus recursos naturais, os meios de produção e as forças produtivas dos ínvios sertões. Numa palavra, a Arqueologia ancorou-se numa

⁵ Sobre a Arqueologia Imperial, Cf. Piñón (2000) e os trabalhos de Langer (1998, 2000, 2001, 2003). Sobre as interpretações que se seguem, Cf. Ferreira (1999, 2001a, 2001b, 2002, 2003).

geoestratégia. Reservou-se-lhe o papel não apenas de dar conteúdo manifesto à abstrata idéia de Brasil, margear suas fronteiras e invocar a ancianidade de sua ocupação, como também o de interiorizar a civilização e civilizar as populações indígenas. Haver-se com os indígenas, tomá-los como objeto de discurso, implicava em formular-se projetos políticos de colonização do território nacional, em definir-se uma política de identidade para a jovem Nação brasileira.

Arqueologia e geoestratégia. Equação cujos valores se adicionam, com efeito, na obra de Couto de Magalhães. Assim é que seu artigo *Ensaio de Antropologia*, publicado pelo IHGB em 1873, foi reescrito, a pedido do Imperador D. Pedro II, para figurar na Exposição Internacional da Filadélfia, em 1876. Surgiu, então, *O Selvagem* (1935 [1876])⁶, livro timbrado com os estatutos da Ciência e da Política, que representaria o Brasil frente às Nações civilizadas da Europa e da América do Norte, dando-lhes uma imagem e um texto, uma visibilidade e uma dizibilidade, sobre o país e os seus “selvagens”. Livro que abre e constitui espaços, desbrava e coloniza sertões, palmilhando porções do território brasileiro que muitos, mesmo entre as elites do país, desconheciam.

Como bom evolucionista, o General Antropólogo esquadrinha, primeiro, a origem da formação da população brasileira. Refaz retrospectivamente os caminhos de uma rota de imigração primordial, desloca-se por entre continentes em busca de matrizes biológicas. Assim, o Barão antropólogo concluiu que as “raças humanas”, emanando em momentos distintos do sopro do Criador, se escalonaram evolutivamente em quatro “raças”: a primeira na ordem de criação seria a negra, que apareceu no fim da época terciária; a segunda, a “raça amarela”; depois, a “raça vermelha”; por fim, após essa gradação qualitativa de cores, surge a “raça branca”, ápice da Evolução (1935 [1876]:49-50). A “raça vermelha” não seria, como argumentaram Batista Lacerda (1876:65) e Ferreira Pena (1877: 62), um produto do solo

⁶ Valho-me aqui da segunda edição da obra, organizada pelo sobrinho do autor.

americano, mas sim uma “raça” de imigrantes, povos vindos da Ásia, que no seu longo percurso atravessaram os chapadões dos Andes, estabelecendo-se, posteriormente, nas planícies americanas e no Brasil (1935 [1876]:51).

Para Couto de Magalhães, os “selvagens” teriam colonizado o Brasil depois que transpuseram, em imigrações sucessivas, o primeiro período da civilização, a Idade da Pedra Lascada (1935 [1876]:71). Uma “raça” instalada, portanto, no segundo degrau da Evolução, na Idade da Pedra Polida. Daí inexístirem, nos sítios arqueológicos do Pará e do Mato Grosso, ou mesmo classificados no Museu Nacional, instrumentos de pedra lascada (1935 [1876]:70); daí, também, os “selvagens” do Brasil deterem os rudimentos da agricultura, possuindo, inclusive, algumas “intuições de química” – adubagem do solo, extração de princípios das plantas para a medicina e a alimentação. Eram povos que haviam saído da “infância”, conhecedores das propriedades industriais e culinárias do fogo, mas que, contudo, não fundiam metais, nem tampouco eram pastores, porquanto seu nível tecnológico estava adstrito a uma fase iniludível da evolução humana: a Idade da Pedra Polida (1935 [1876]). Povos, sem dúvida, semi-civilizados, conforme se vê pela Filologia comparada. No intercuro das imigrações pela Ásia Central, enquanto desbravejavam estepes e florestas, cruzamentos com “raças arianas” se cumpriram, pois radicais e estruturas gramaticais do sânscrito se insinuam, modificados, no Quíchua. Cruzamentos providenciais, não mudaram só a cor da pele, do amarelo para o vermelho, mas também sofisticaram a língua. Povos, sem dúvida, semi-civilizados. Povos muito primitivos, imersos na Era da Pedra Lascada, não expandiriam uma língua, o Tupi, por tamanha amplidão geográfica, desde o Amazonas até o Paraguai, não realizariam, numa palavra, a maior diáspora lingüística da Terra (1935 [1876]:88-95).

E Couto de Magalhães, neste passo, trilha as veredas da antiga marcha imigratória dos Tupis, identifica suas marcas palpáveis, escava os testemunhos erguidos pelos povos semi-civilizados nas matas brasileiras. Nas províncias de Mato Grosso, Pará e Amazonas, existem

vestígios de aterros, construções planejadas acima do nível do solo, habitações elevadas cuja finalidade era a de vencer as enchentes periódicas. Construíram-se, com efeito, “pequenos mediterrâneos” amazônicos em meio às estações de chuva. Pequenas ilhas artificiais, muitas das quais representando jacarés, onde, nas camadas geológicas mais antigas, se acham urnas funerárias grosseiras, enquanto que, em contraste, nos seus níveis superiores e médios, aparecem artefatos cerâmicos mais refinados. Na horizontalidade dos aterros, os vestígios cerâmicos, espalhados nos solos de ocupação, revelam, segundo Couto de Magalhães, uma verticalidade ascendente. Uma civilização crescente, a galgar etapas evolutivas. Ora, esses aterros são contemporâneos do povoamento destas regiões, há neles estratigrafias de diferentes fases de civilização e primitividade, fisionomias de estados evolutivos se esboçam em suas camadas, perfis de momentos diferenciados de ocupação do solo brasileiro (1935 [1876]:71-73). Aterros que seriam, ademais, os únicos monumentos indígenas do Brasil, além de um “forte circular de terra” na Ilha de Marajó (1935 [1876]:78). Segundo Couto de Magalhães, projeto vão seria buscar-se, como queria Karl P. von Martius (1794-1868) (1844:392-395) e se aventurara, às expensas do IHGB, o Cônego Benigno José de Carvalho e Cunha (1789-1849), grandes monumentos à sombra das florestas brasileiras.

Mas quando se deu o povoamento do Brasil? Como calculá-lo com o concurso de artefatos arqueológicos? Para Couto de Magalhães, os períodos geológicos a que correspondem, no Brasil, os vestígios humanos, não são muito antigos, como postulou Emmanuel Liais (1826-1900), que em seu *Climats, Geologie, Faune et Geographie Botanique du Brésil* (1872), disse tê-los localizado em depósitos calcários quaternários de várias regiões (1935 [1876]:78-79). É certo que, sempre de acordo com Couto de Magalhães, a sentença de Georges Cuvier (1769-1832) sobre a improbabilidade de se achar fósseis humanos em estratos geológicos antigos foi refutada pelas obras de Charles Darwin (1809-1882) e Charles Lyell (1797-1875) (1935 [1876]:80), cientistas que validaram,

na Europa, as pesquisas arqueológicas sobre a antigüidade do homem. Mas, no Brasil, lamenta Couto de Magalhães, os artefatos e fósseis estão de permeio a jazidas calcáreas revolvidas, sendo impossível, portanto, determinar-lhes, irrefutavelmente, a idade (1935 [1876]:80). Diante dessa impossibilidade, Couto de Magalhães sugere que o povoamento do Brasil, conforme pode averiguar-se pelos artefatos plasmados nas estratigrafias dos aterros amazônicos, ocorreu por volta de cem mil anos atrás 1935 [1876]: 82), e não há três mil, como propugnara Peter W. Lund (1801-1880) (Lund, 1842; 1844; 1950 [1844]; 1845). De todo modo, adverte o Barão antropólogo, neste terreno da antigüidade do homem no Brasil não se têm certezas, somente hipóteses firmadas em vestígios lingüísticos e arqueológicos. Seria preciso, assim, coligir mais testemunhos arqueológicos indígenas, tornar mais ricas as coleções do Museu Nacional; reunir urnas funerárias, crânios e cerâmicas, e olvidar-se as famosas e controversas múmias egípcias expostas nos nobres gabinetes da instituição (1935 [1876]:107).

Os indígenas, pois, têm um passado semi-civilizado e, como tal, possuem, “nos dias de hoje”, uma certa perícia artística e industrial. Como o naturalista e arqueólogo inglês John Lubbock (1843-1913), Couto de Magalhães evidenciava que os indígenas não degeneraram, não involuíram pela ação deletéria dos trópicos e da miscigenação, não são os representantes decaídos de uma antiga civilização que colonizara a América. E os indígenas podem evoluir, sair da Idade da Pedra Polida. Diluídos nos “atuais” cruzamentos que se processaram e se processam no Brasil, resultaram no caipira, no caboré e no gaúcho. Cruzamentos benéficos e revigoradores, geraram “raças” fortes, propícias para trabalhar nos trópicos (1935 [1876]:134).

O Barão antropólogo, neste sentido, depois de descortinar um espaço colonizado por uma “raça vermelha” com laivos caucasianos, semi-civilização da diáspora lingüística, após autenticar um atestado de nascimento para o Brasil, planeja grades e liames cerrados. Projeta uma nova colonização: desta feita, mais caucasiana e menos “vermelha”.

ESPAÇOS FECHADOS

Seguindo as proposições de Armand de Quatrefages (1810-1982), Couto de Magalhães afirma que a mestiçagem não degenera a raça (1935 [1876]:134). Deve-se, pois, catequizar os indígenas, integrá-los à população brasileira, aproveitá-los para interiorizar a civilização Imperial. Esta vontade de catequizar os indígenas, de civilizá-los, de filtrar-lhes o sangue e infundi-lo nas veias de uma nova “raça”, foi firmada, pelo Barão antropólogo, já no seu romance *Os Guianases* (1902), publicado em 1859. Neste “conto histórico” ambientado na São Paulo do século XVI, há não só um mito de fundação da cidade paulista, mas também a heroificação do índio, a celebração da ação catequizadora dos jesuítas, a deploração da escravização indígena conduzida pelos colonizadores. Panegírico da ação catequética, lamento da alteridade míope que enxergou o índio sem alma e acorrentado.

Um projeto geoestratégico claramente definido, contudo, surgiu em 1875, na *Memória sobre as Colônias Militares, Nacionais e Indígenas* (1875). O ex-presidente das províncias do Pará, Mato Grosso e Goiás, neste texto, disserta sobre o recém projeto de reformulação das Colônias Militares – Lei 2.277 de 24 de maio de 1873 – , que “caíram em ruína” durante a Guerra do Paraguai (1875:5). Para reestruturá-las, Couto de Magalhães, ele mesmo um fundador de Presídios e Colônias Militares na região do Araguaia, propôs que se lhes consagrassem dois fins – o primeiro, militar, seria, de um lado, o de garantir as comunicações entre as províncias do Império; proteger, de outro lado, as populações das regiões interiores dos ataques e ameaças dos “selvagens”; o segundo, econômico, seria o de promover a ocupação dos terrenos despovoados, a indústria das terras centrais, a riqueza e o progresso da Nação (1875:3). As Colônias Militares, subordinadas aos Ministérios da Guerra e da Agricultura, favoreceriam a concentração de população nos pontos que interessavam à defesa do país, a utilização do solo da pátria para a agricultura e a criação de gado (1875:6-18). Economia Política das Colônias Militares: povoar o solo, incrementar a riqueza do interior, assegurar a integridade física do Estado.

Trocando em miúdos, para o General Couto de Magalhães, os Presídios e Colônias Militares deveriam impedir que os espanhóis adulterassem os limites das fronteiras nacionais; bloquear as “excursões dos selvagens contra nossa população”; criar núcleos de população ao longo dos sertões, justamente nos locais estratégicos para ligar o “centro do governo” às “extremidades do Império” (1875:14). Núcleos de população majoritariamente formados por indígenas, pelos herdeiros vivos das “raças” semi-civilizadas, que evoluíram se soldados intérpretes, convocados pelo Ministério da Guerra, se infiltrassem pelos sertões, ao lado de um médico e de um padre, para civilizá-los. Personagens da peça civilizadora do General antropólogo, o médico e o padre, higienizadores, seriam os curadores da saúde do corpo e da alma. O outro protagonista da civilização, o soldado, falante do Tupi, arrebanharia as populações indígenas para os limites estreitos das Colônias Militares, para dentro de seus muros – o soldado intérprete, seduzindo pelo verbo, conduziria, como bom pastor, os indígenas para as mãos civilizadoras dos médicos e padres (1875:45-47).

Somente assim o povoamento e a civilização do interior iniciariam-se. As populações indígenas aprenderiam, se se tivesse paciência, o português, como já ia acontecendo no Colégio Santa Isabel, fundado, em 1871, pelo General antropólogo. Indígenas falando a língua pátria seria vantajoso, “de um incalculável resultado para o futuro”, para firmar-se a unidade política e territorial do Brasil, sobretudo nas esquinas fronteiras do Amapá, do Equador, Venezuela, Peru e Paraguai (1875:49). Não se deve escravizar os indígenas, mas pode-se civilizá-los e colonizá-los por meio do Exército. Imperialismo interno. Ora, para os que ponderam “que não se coloniza com o exército, basta olhar para as experiências inglesas na Índia, as dos russos na Ásia e as dos franceses na Argélia” (1875: 12). Tempo virá em que o Império brasileiro, como nas Colônias russas, francesas e inglesas, construirá estradas de ferro nos sertões (1875:14), deslizará com vagões de ferro, ícones da velocidade moderna, pelos espaços desertos do Brasil (1875:14). E essa linha tática do pensamento geoestratégico de Couto

de Magalhães continua a ser sublinhada em *O Selvagem*. Para o General antropólogo, o Brasil não deveria guiar-se pelos exemplos da Argentina, Chile, Peru e Bolívia, que por descurem de seus “selvagens”, desperdiçaram enormes recursos com a mobilização de exércitos para contê-los em seus furiosos ataques (1935 [1876]:8-9); nem tampouco pautar-se pela “política indigenista” dos Estados Unidos (*the good Indian was the dead Indian*), a política do extermínio. Tal foi a tarefa a que se entregou o General antropólogo: evitar o imposto do sangue indígena como tributo para o povoamento do interior do Brasil.

Assim é que ele explicita os principais objetivos de uma boa política indigenista. Em primeiro lugar, o de conquistar duas terças partes do território brasileiro, que não podiam ainda ser pacificamente povoados devido à presença dos indígenas e, assim, assegurar as fronteiras com as bacias dos Rios Prata, Amazonas, Negro e Branco. Noutros termos, assegurar a ocupação de fronteiras vitais para a unidade física e política do Império e, por conseguinte, abrir estradas para as comunicações com o Peru, a Bolívia e as Guianas Francesas e Holandesas (1935 [1876]:23-35). Concentrados nas Colônias Militares, os indígenas ajudariam a povoar o território nacional e, num futuro próximo, o Brasil estaria ligado por estradas de ferro, desde o Amazonas ao Rio de Janeiro; pautar-se-ia, nas palavras de Couto de Magalhães, um “T colossal”, um T vincado por vias férreas: a linha horizontal cortaria o sentido longitudinal Nordeste-Norte, e a linha vertical o sentido Norte-Sul (1935 [1876]:208).

Em segundo lugar, os indígenas, civilizados por meio do soldado, do médico e do missionário, representariam, sempre de acordo com o General Antropólogo, mais de um milhão de braços aclimatados e úteis às indústrias agropecuárias, extrativas e de transportes. Os braços indígenas seriam os mais adequados para interiorizar a civilização, a única “raça” apta para povoar as terras virgens da Nação, prepará-las para a futura chegada dos imigrantes estrangeiros. Concentrados nas Colônias Militares do Norte do Brasil, do Amazonas, do Pará e Tocantins, a “raça” indígena seria a predecessora natural da “raça

branca”, a imigração de colonos estrangeiros, a princípio, serviria somente para as terras já habitadas pela civilização Imperial, mais especificamente, o litoral brasileiro. Habitar o Norte, povoá-lo e trabalhá-lo com os indígenas, os semeadores da civilização nos territórios inóspitos e “selvagens”. Germinados e frutificados os preceitos de civilização, restaria misturar o sangue indígena ao sangue do colono estrangeiro, miscigená-los e, num novo cadinho, fortalecer a disposição congênita da futura mão-de-obra operária do Brasil (1935 [1876]:23-35).

Do Norte viria uma “raça” forte, aclimatada, perseverante e trabalhadora. Afinal, não se pode esperar que a “raça branca” conserve “sua superioridade sem esses cruzamentos providenciaes” (1935 [1876]: 137). Do contrário, como nas cidades litorâneas do Brasil, os brancos que acorrerem para o Norte gerarão apenas descendentes “magros e nervosos” (1935 [1876]:137). Se cedo ou tarde os indígenas, por uma “lei de seleção natural”, desaparecerão, “devemos” ser previdentes, “confundindo parte de seu sangue com o nosso, comunicando-nos as imunidades necessárias para resistirmos à ação deletéria do clima intertropical que predomina no Brasil” (1935 [1876]:137). Deste modo, em breve, uma população, antes de tudo forte, brava filha da civilização das selvas, herdeira robustecida do herói I-Juca-Pirama, “descendo do Norte”, revigoraria, nas palavras de Euclides da Cunha, os “mestiços raquíticos e neurastênicos do litoral” (Cunha, 1982 [1902]:81).

Ora, *O Selvagem* é justamente um preparatório para a efetivação das Colônias Militares, para a conquista pacífica do território nacional, para a reconfiguração biológica da população brasileira. É um grande “Manual” sobre os “selvagens”, a ser lido pelos soldados, médicos e padres que interiorizariam a civilização Imperial. Daí a divisão da obra. A segunda parte contém um *Curso de Língua Geral* dos indígenas, o Tupi, por meio do qual criar-se-ia um corpo de soldados intérpretes, capacitando-os para os contatos a serem realizados com os selvagens a fim de se trazê-los para as Colônias Militares, ensinar-lhes o português, a ler e a escrever, ministrar-lhes adequadamente os

ofícios. O aprendizado do Tupi, portanto, serviria tanto para as técnicas de persuasão, encantar os índios para o convívio civilizador nas Colônias Militares, quanto para as técnicas disciplinares, domesticar os índios por meio do trabalho e da leitura, amansá-los através da pedagogia da agropecuária, da oficina e da escola. A primeira parte, por sua vez, fornece aos soldados, médicos e padres colonizadores, o universo cultural dos indígenas, sua origem, formas e cultos religiosos, os grupos que dominam a agricultura e o fogo e os que não dominam, relações de parentesco, lendas e mitologias. Em suma, a pedagogia necessária ao comércio de uma alteridade vantajosa, que facilitaria os contatos, ensinando aos soldados, médicos e missionários, o como e o por quê dos comportamentos indígenas, sua perfectibilidade, suas inclinações morais e psicológicas.

OUTROS ESPAÇOS

O General antropólogo faz, pois, uma topografia do Brasil, abrindo e fechando espaços. Alarga-os no tempo, inventa (invenção, na dupla acepção de descoberta e construção) um Brasil fincando-lhe um marco pré-histórico, rastreando-lhe até atingir a primeira expansão lingüística e cultural de dominação de seu solo, expansão imperial cujos herdeiros seriam a “atual” elite política da Monarquia. Um Brasil agora delimitado, em seus centros e adjacências, longe da sede do poder imperial, mais exatamente nas distâncias do Norte, por monumentos arqueológicos. O presente de um país continental pede um passado monumental. Os monumentos amazônicos, aterros visíveis em seus contornos de jacaré, esteariam arqueologicamente as demarcações geopolíticas do Império. A Pré-história Tupi, cujos vestígios se encontram esparsos do Norte ao Sul, atesta a antigüidade do Brasil, granjeia o Direito de governar, a partir dos palácios do litoral carioca, as florestas amazônicas, os rincões desertos (deserto, como antítese de civilização) do continente brasileiro.

E não se pode fazê-lo sem cerrar os espaços, sem cercá-los com novos monumentos, não mais aterros em forma de jacarés, mas Colônias e Presídios Militares. Mesmo que semi-civilizados, os

indígenas, concentrados nos muros das Colônias Militares, falando o português, formariam núcleos de povoamento no país, núcleos de colonização que, uma vez postados em locais estratégicos, assentes nas linhas táticas de um grande “T”, uniriam o Rio da Prata ao Amazonas, riscariam na Carta do Império, com o carvão das marias-fumaça, os ângulos das longitudes e latitudes do país. O Brasil não será o Chile do Atlântico. Para tanto, há que povoá-lo, interiorizar a civilização e assegurar um projeto de dominação do território nacional. Se no passado a sonoridade do Tupi se fez dominante nas florestas amazônicas, eis que agora a roda da História, impulsionada pelo imperialismo, guardará da língua Tupi somente substantivos e toponímicos, substituindo-a, no Norte, pela língua-mãe, a língua de Camões. Uma nova diáspora lingüística e cultural apagará heterogeneidades lingüísticas em nome da homogeneidade político-territorial do Império. O Brasil, impávido colosso, não será o Chile do Atlântico. Couto de Magalhães imagina a utopia grandiosa da integração nacional, tão acalentada, posteriormente, pelas elites intelectuais e políticas republicanas e pela Ditadura Militar.

É que, desde a Independência, as elites políticas viram o Brasil menos como sociedade, e mais como gigante pela própria natureza, como território a ser governado –espaço a ser conquistado, onde as populações seriam elementos de um processo colonizador e expansivo (Moraes, 2002). Elementos, igualmente, de práticas de administração “científica” das hereditariedades, concebidas, pode-se dizê-lo, décadas antes do naturalista e geógrafo Francis Galton (1822-1911), em 1883, tê-las conceituado com o neologismo eugenia (*eu*: boa; *genus*: geração) (Carol, 1995:20). Da pena de Vieira Couto, assim, surge um projeto eugênico de regeneração da população brasileira. As Colônias Militares foram investidas não apenas por objetivos econômicos e geoestratégicos, mas também por biológicos e hereditários.

Soldados intérpretes, médicos e missionários cuidariam não só da Educação e do trabalho, orientariam não somente a disciplina do corpo. Travava-se também, com efeito, de promover uma biopolítica, uma política de regulamentação que, mediante mecanismos globais,

alvejasse a população brasileira, maximizando-a em suas forças, transfigurando-lhe a genética, revigorando-a para a colonização das terras intertropicais⁷. Cercados nos muros das Colônias Militares, a população indígena, massa compacta e hereditariamente fortalecida, seria a reserva biológica para os futuros cruzamentos com os “brancos” imigrantes, para a criação de uma metarraça brasileira. Uma população nacional regenerada, futura mão-de-obra operária das terras centrais e do Norte do país. As Colônias Militares, submetidas aos Ministérios da Agricultura e da Guerra, seriam campos de trabalho e laboratórios para projetos eugênicos, locais onde se aceleraria a Economia e a Evolução brasileiras. Numa palavra, seriam núcleos de biocolonização. A região Norte, tábula rasa do território nacional, página virgem a ser escrita com a doutrina da civilização, superfície a ser preenchida por políticas de purificação da “raça” brasileira.

A obra de José Vieira Couto de Magalhães, como se vê, erige uma idéia de Brasil que possibilita diálogos possíveis com o nosso presente. Assim, o Brasil oficial de hoje ainda concebe a soberania nacional nas fronteiras do Norte como um problema militar e policial. Estipula-se como uma das prioridades máximas da atual Polícia Federal o combate à criação de um Estado indígena na Amazônia Legal⁸. Em contrapartida, o Exército brasileiro define suas relações com as comunidades indígenas amazônicas, conforme se postula na *Portaria n. 20 de 2 de abril de 2003*, como uma forma de manter a estratégia de presença “brasileira” na região. Ora, a Portaria resultou de debates entre organizações indígenas e o Exército brasileiro, iniciados em setembro de 2001, durante a Conferência sobre o Racismo, em Durban, África do Sul, e retomados, em 2002, no âmbito do Conselho Nacional de Combate à Discriminação do Ministério da Justiça. Os debates prosseguiram, batizados como Diálogos de Manaus, em novembro de 2002 e fevereiro de 2003, na sede do Comando Militar da Amazônia. O que nem o Exército brasileiro,

⁷ Para o conceito de biopolítica, Cf. Michel Foucault (1988, 1994, 1999).

⁸ Cf. Folha de São Paulo. *Cotidiano*, janeiro de 2003, p. 1

nem as organizações indígenas imaginaram, contudo, é que a Portaria reativaria velhos poderes tutelares, na melhor tradição da Arqueologia militarizada de Couto de Magalhães⁹: a prerrogativa de institucionalizar o ensino público, cuidar da saúde e das instalações das populações indígenas; a exigência de soldados especialistas, que aprendam, nas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Exército, assuntos relativos à legislação indigenista em suas interações com a demarcação de terras e com a soberania nacional; a programação de estágios com antropólogos que ensinem aos soldados especialistas as especificidades culturais dos grupos indígenas locais, preparando-os, como preconizara Couto de Magalhães, para os contatos a serem efetuados em nome do Exército¹⁰.

Tem-se a impressão, ao caminhar-se pelos espaços abertos e fechados do General antropólogo, de que o Brasil, de algum modo, sempre se recusa a ser definido. Ou então que só se consegue defini-lo por meio daquilo que tradicionalmente se excluiu. Por meio da compreensão de que, durante o Império, um saber, como a Arqueologia, tenha visto o indígena através de lentes racistas, como “raça” propícia a ser transformado pelo trabalho em Colônias Militares, favorável à regeneração genética da população brasileira, entendemos como, ainda hoje, somos uma Nação cuja identidade, nos meios oficiais e na grande mídia, se quer “branca”. Uma Nação que tem tabu pelo passado, que legitima suas distâncias e exclusões sociais em nome de um projeto de “modernidade” sempre voltado para o futuro. Lugar onde, utopia continuamente renovada, nossa “plasticidade

⁸ Tal tradição poderia ser classificada como sertanista. Para uma crítica desta e outras tradições indigenistas como saberes administrativos, Cf. Antonio Carlos de Souza Lima (2002).

¹⁰ Tais estágios para ministrar cursos para soldados do Exército instaurariam todo um conjunto de relações do antropólogo com os poderes do Estado e as sociedades indígenas. O que, sem dúvida, requereria uma reflexão sobre a prática antropológica e o papel dos antropólogos como agentes de demandas políticas muito específicas, ao estilo da realizada por João Pacheco de Oliveira (2002) sobre o antropólogo como perito dos laudos judiciais de demarcação de terras indígenas.

social”, para lembrarmos Sérgio Buarque de Holanda (1994 [1936]), não mais rejeitará suas profundas clivagens, nossa “democracia racial” finalmente vingará, acrescentará à nossa tolerância entre “raças” uma melhor igualdade jurídica e econômica – agora planejada pela Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Comando Militar da Amazônia.

A História e a Arqueologia, contudo, são memorialistas profissionais, existem para quebrar tabus, para lembrar o que preferiríamos esquecer e elidir. A História e a Arqueologia, sobretudo quando se reportam à fabricação de identidades, são sempre políticas (Hobsbawm, 1995:311; Veigt, 1989:55). Elas podem confrontar o racismo imperante em certas leituras de identidades nacionais (Mullins, 1989: 189) – ainda que ele esteja sub-reptício, ainda que seja mascarado em estereótipos. Lembrar a Arqueologia militarizada de Couto de Magalhães, pois, implica em se não se repetir no presente republicano, com variações, políticas indigenistas do passado imperial; implica em se pensar uma identidade nacional que não prime pela mordança, pelo silêncio dos conteúdos históricos que possam feri-la; implica, por fim, na instauração de um diálogo permanente entre o presente e passado, a mostrar-nos que as identidades, longe de serem estanques e fechadas, são feitas de conflitos e táticas políticas, de fertilizações cruzadas e partilhas (Gilroy: 2000). Arquitetar outros espaços para nossa identidade nacional e práticas culturais não requer uma nova coalescência do Brasil, não requer a identificação automática a elos primordiais e a refundição, numa nova fôrma ontológica, de nossas diferenças, mas sim diálogos do presente com o passado e negociações para o futuro. Sem temor dos conflitos que necessariamente advirão.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é parte de minha dissertação de mestrado em História, defendida, em 2002, na Unicamp. Agradeço, pois, à FAPESP, pelo financiamento da pesquisa. Sou o responsável, obviamente, pelas idéias aqui apresentadas, contudo alguns colegas e amigos ajudaram-

me a melhorá-las, criticando a versão original deste trabalho: Maria Amália de Almeida Cunha, Pedro Paulo Abreu Funari, Raquel dos Santos Funari, Fábio A. Hering, José Alberione dos Reis, Renilson Rosa Ribeiro e Edson Silva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAROL, A.. 1995. *Histoire de L'Eugenisme em France*. Paris, Éditions du Seuil.
- CALLADO, A. 1984. *Quarup*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira Couto. 1873. Ensaio de Antropologia. *RIHGB*, (36): 359-516.
- . 1875. *Memória sobre as Colônias Militares, Nacionais e Indígenas*. Rio de Janeiro, Tipografia da Reforma.
- . 1902 [1859]. *Os Guaynás*. São Paulo, Tipografia Espíndola, Siqueira e Companhia.
- . 1935 [1876]. *O Selvagem*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional.
- CUNHA, E. da.1982 [1902]. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- DANIEL, G. (Ed.). 1981. *Towards a History of Archaeology*. London, Duckworth.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. 1980. *Mille Plateaux*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- DÍAZ-ANDREU, M. & CHAMPION, T. (Ed.). 1996. *Nationalism and Archaeology in Europe*. London, UCL Press.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita. 2001. Nacionalismo y Arqueología: El Contexto Político de Nuestra Disciplina. *Revista do MAE*, (11): 3-20.
- FERREIRA, Lúcio M. 1999. Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, 4(1):9-36.
- . 2001a. Arqueologia e Geoestratégia: As fronteiras Imperiais e o uso das fontes arqueológicas. *Vária História*, (24):149-171.
- . 2001b. “Um bando de idéias novas” na Arqueologia (1870-1877). *Revista do MAE*, (11):21-33.
- . 2002. *Vestígios de Civilização: A Arqueologia no Brasil Imperial*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp.
- . 2003. Vestígios da Raça Americana (1838-1867): Arqueologia, Etnografia e Romantismo no Brasil Imperial. *Habitus*, 1(1):103-128.
- FOUCAULT, M. 1988. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal.
- . 1994. *Bio-Histoire e Biopolitique; Sécurité, Territoire et Population; Naissance de la Biopolitique*. In: *Dits et Écrits*. Paris, Gallimard, p.95-97; 719-723; 818-825.

- . 1999. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- GILROY, P. 2000. Identity, Belonging, and the Critique of Pure Sameness. In *Against Race: Imagining Political Culture beyond the Color Line*. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, p. 97-133.
- GOULD, S. J. 1981. *The Mismeasure of Man*. New York, W. W. Norton.
- HOBBSAWM, E. 1995. *Tempos Interessantes: Uma vida no século XX*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HOLANDA, S. B. de. 1944 [1936]. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- KOYRÉ, A. 1979. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- LACAPRA, D. 1985. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In LACAPRA, D. & KAPLAN, S. (Ed.). *Modern European Intellectual History: Reappraisal and New Perspectives*. Ithaca, Cornell U. P, p. 47-85.
- LACERDA, J. B. & PEIXOTO, R. 1876. Contribuições para o Estudo Antropológico das Raças Indígenas: Os Botocudos. *Arquivos do Museu Nacional*, (1):47-75.
- LANGER, J. 1998. Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. *Anos 90*, (9):165-185.
- . 2000. *Ruínas e Mitos: A Arqueologia no Brasil Império*. Tese de Doutorado. Curitiba, UFPR
- . 2001. Os Sambaquis e o Império: escavações, teorias e polêmicas. *Revista do MAE*, (11):35-53.
- . 2003. Ciência e Imaginação: a pedra da Gávea e a Arqueologia no Brasil Império. *Habitus*, 1(1):75-102.
- LE GOFF, J. 1992. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp.
- LIAIS, E. 1872. *Climats, Geologie, Faune et Geographie Botanique du Brésil*. Paris, Garnier.
- LIMA, A. C. de S. 2002. Indigenismo no Brasil: migração e reapropriações de um saber administrativo. In L'ESTOILLE, Benôit; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. *Antropologia, Império e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro, Faperj/Relume Dumará, p. 159-186.
- LUND, P. W. 1802. Carta escrita de Lagoa Santa, ao Sr. 1º Secretário do Instituto, pelo sócio honorário Sr. Dr. Lund. *RIHGB*, (4):80-87.
- . 1844. Carta do Dr. Lund, escrita de Lagoa Santa a 21 de abril de 1844. *RIHGB*, (6):334-342.
- . 1950 [1844]. Notícia sobre as ossadas humanas fósseis achadas numa caverna do Brasil. In *Memórias sobre a Paleontologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- . 1845. *Carta do Dr. Lund ao secretário Manoel Ferreira Lagos, comunicando a remessa de uma coleção de ossos humanos fósseis, inclusive o famoso crânio. Lagoa Santa, 28 de junho de 1845*. IHGB, lata 177, doc. 40.
- MACHADO, M. H. T. 1997. Para uma História da Sensibilidade – Couto de

- Magalhães e a trajetória privada de um personagem público. *Revista Eclética*, (2):12-23.
- MACGUIRE, R. H. 1992. *A Marxist Archaeology*. San Diego, Academic Press.
- MALINA, J. & VASICEK, Z. 1997. *Archeologia: Storia, Problemi, Metodi*. Milano, Electa.
- MARTIUS, K. P. von. 1844. Como se Deve Escrever a História do Brasil. *RIHGB*, (6): 389-411.
- MARX, K. 1996 [1876]. A Jornada de Trabalho. In *O Capital*. São Paulo, Abril Cultural, V. I, p. 345-410 (Col. "Os Economistas").
- MESKELL, L. 2001. *The Intersections of Identity and Politics in Archaeology*. *Department of Anthropology*. New York, Columbia University, 35 p. (forthcoming).
- MONTEIRO, J. M. 1996. As Raças Indígenas no Pensamento Brasileiro do Império. In MAIO, M. C. & SANTOS, R. V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, p. 15-21.
- MORAES, A. C. R. 2002. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Annablume/Hucitec.
- MULLINS, P. R. 1999. *Race and Affluence: An Archaeology of African America and Consumer Culture*. New York, Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- OLIVEIRA, J. P. de. 2002. O Antropólogo como perito: entre o indianismo e o indigenismo. In L'ESTOILLE, Benôit; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro, Faperj/Relume Dumará, p. 253-277.
- PATTERSON, T. 1997. *Inventing Western Civilization*. New York, Monthly Review Press.
- PÊCHEUX, M. 1990. *L'Inquiétude du Discours*. Paris, Ed. Des Cendres.
- PENA, D. S. F. 1877. Apontamentos sobre os Cerâmios do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*, (2):47-76.
- PIÑÓN, A. S. 2000. *La Arqueología y la Construcción de la Identidad en Brasil: el caso del los orígenes del hombre en Brasil*. Dissertação de Mestrado. Madrid, Universidad Complutense de Madrid.
- ROBERTSHAW, P. 1990. *A History of African Archaeology*. London, James Currey.
- SAID, E. W. 2003. *Reflexões sobre o Exílio*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, L. M. 1998. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TRIGGER, B. G. 1990. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge, Cambridge University Press.
- VEIGT, U. 1989. Ethnic Concepts in German Prehistory: a case study on the relationships between cultural identity and archaeological objectivity. In SHENNAN, S. (Ed.). *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. London, Unwin Hyman, p. 45-82.